A construção de uma ideia de território: a cartografia de angola na segunda metade do século XVIII

Sara Ventura da Cruz<sup>1</sup>

Resumo

Do ponto de vista dos europeus do século XVIII, a África era ainda um continente por descobrir. As penetrações eram esporádicas e tinham em vista a captura de escravos para o comércio. Apesar disso, e por causa disso, na segunda metade desse século foi elaborado a partir do centro do Império um novo projeto político para Angola, com uma forte componente territorial. Para tal, foi necessário ocorrer um processo de (re)conhecimento e apropriação do território e da sua realidade por diversos meios, entre os quais a cartografia. A cartografia produzida neste período funciona assim, enquanto representação, como projeção de um sistema de valores, vontades e interesses, mas sobretudo como elemento fundamental na construção de uma ideia de território. Assim, este trabalho visa analisar a produção cartográfica deste período, com especial relevo para a *Carta Topográphica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras*, de 1769.

Palavras-chave: Angola; cartografia; império; século XVIII.

Contexto

Já é hoje claro que, na segunda metade do século XVIII, existiu um projeto político<sup>2</sup> de cariz iluminista para Portugal e demais territórios controlados pela Coroa

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutoranda da 2ª edição do programa de doutoramento "Patrimónios de Influência Portuguesa", do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <a href="http://www.patrimonios.pt/alunos-2/">http://www.patrimonios.pt/alunos-2/</a>.

Este trabalho é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/89005/2012.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Referência fundamental sobre este tema é o trabalho de José da Silva Dias: *Pombalismo e Projecto Político* (1984). A partir dos escritos de Sebastião José de Carvalho e Melo, o autor conclui "[...] que Pombal levava consigo, quando subiu ao poder, um diversificado e aprofundado projecto político. Um projecto político alternativo em relação ao «status quo» preexistente – um projecto de mudança, como tantos desejavam" (1983: 181). Nesse projeto "Navegação, comércio e indústria figuram [...] como actividades complementares e que devem ser promovidas em simultâneo. [...] A política de comércio e navegação, a política industrial e a política ultramarina formam um só bloco no seu pensamento." (Dias,

Portuguesa. Consubstanciou-se num olhar global sobre o império, com uma visão que, apesar das diferenças decorrentes das particularidades dos diferentes espaços, corresponderia a um mesmo programa (Santos, 2005: 35). No fundo, pretendeu-se na época passar do império politicamente plural e territorialmente descontínuo que Luís Filipe Thomaz descreveu (1998: 207-245), para uma política ultramarina que, pelo menos do ponto de vista programático, seria "[...] percorrida por linhas comuns, medidas convergentes, para a integração ativa no e do Império" (Santos, 2005: 35).

Neste contexto, foi procurado o envolvimento de Angola numa dinâmica intercontinental de complementaridade. Foram gizadas e implementadas reformas que refletem um novo entendimento desta colónia, tendo em vista a concretização do projeto político pombalino para Angola, cuja existência se tornou evidente através de estudos recentes, designadamente de Catarina Madeira Santos (2005).

Até então, para os Portugueses, Angola era um território por descobrir e, sobretudo, por ocupar. No interior do sertão, longe das cidades de São Paulo de Assunção de Luanda e Benguela, o domínio da Coroa Portuguesa era mais virtual que efetivo (Santos, 2005: 18). A colonização, se assim se pode chamar, era assente numa rede de Presídios, quase todos junto à costa ou ao longo da linha do Cuanza (via preferencial de penetração no território até então). Os seus Capitães-mores eram representantes do poder militar e administrativo, com jurisdição sobre os Sobas mediante os tratados de vassalagem. Contudo, o controle do espaço intermédio era diminuto (Santos, 2010: 540).

No contexto do Império português, Angola era encarada como uma "mina" de escravos e toda a progressão para o interior do território tinha como objetivo último a captura de africanos para o comércio de escravos. Como coloca Maria Adelina Amorim:

Perante um comércio tão lucrativo, cujas «peças» não requeriam grande investimento, qualquer actividade ao nível primário era apenas de subsistência. [...] A maioria dos povoadores brancos era constituída por degredados, comerciantes sem escrúpulos e soldados involuntários. (Amorim, 2003: 190)

1983: 28–29). Também Catarina Madeira Santos dedicou algum espaço à abordagem deste conceito (2005: 26 ss.).

2

Não havia, portanto, uma verdadeira colonização do território e as poucas estruturas administrativas existentes estavam muitas vezes "corrompidas" pelo contrabando com estrangeiros e pelo comércio escravo.

### Um projeto para Angola

Só na segunda metade do século XVIII, sob esta nova política colonial, foram implementadas reformas que procuraram verdadeiramente ocupar o território. O objetivo era alterar o entendimento de Angola como mero reservatório de mão de obra escrava, diversificando a base da sua economia, reforçando o poder central, procurando o povoamento e a territorialização e consolidação do Estado (Santos, 2005: 84). O inovador projeto para este território foi, não só concebido e delineado pelo Marquês de Pombal, mas foi também por ele preparado ao longo da década de 50, em articulação com o governador na época em Angola, D. António Álvares da Cunha (gov. 1753-1758) (Santos, 2005: 44-59). Podemos distinguir, assim, três momentos: o reconhecimento do território e da realidade, a idealização do projeto, sintetizado no Parecer que o Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, produziu³ e, por fim, a aplicação destas reformas no terreno.

A centralidade de poder, e em particular de poder de decisão e de administração, dependeu sempre em larga medida do conhecimento e da capacidade de apreender a realidade que se estava a abordar, sobretudo porque distante. De facto, para ser possível gizar e agilizar um projeto político à escala do império a partir do seu centro, houve sempre a constante necessidade de apropriação desse(s) território(s) e dessa(s) realidade(s). Esta *apropriação intelectual* fez-se através das representações e descrições cartográficas, quantitativas e textuais, nomeadamente de relatos de viagens de exploração (Santos, 2005: 20 e 244). Nesse sentido, os agentes do governo

.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Parecer que o Conde de Oeiras apresentou a Sua Magestade sobre o que ainda falta para se restituir a Agricultura, Navegação, e o Commercio de Angola contra os monopólios vexações e dezordens que fizeram os objectos das leis de onze e vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e cincoenta e outo (AHU, Códice 555, fl. 36-61v).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Viagem ao Cuango de Manuel Correia Leitão e António Francisco Grizante, em 1755-1756, por ordem do então governador D. António Álvares da Cunha (Albuquerque e Santos, 1989: 15-32).

no território que elaboraram essas bases e que aí se comunicavam com a Coroa, foram de grande importância.

Dentro deste grupo de agentes do Reino em Angola encontram-se os governadores, pessoas ligadas ao Marquês de Pombal e de sua confiança, como ilustram bem os casos de D. António Alvares da Cunha, sobrinho do iluminista português D. Luís da Cunha, e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (gov. 1764-1772), mas também os engenheiros militares. Estes últimos vieram, numa fase inicial, de outras partes do império, em várias ocasiões acompanhando os recém-nomeados governadores. Mais tarde, foram formados na própria colónia, após o estabelecimento em Luanda da Aula de Geometria e Fortificação (em 1764) (Santos, 2005: 430-437), com a vantagem de, por um lado, não estarem dependentes de remessas de engenheiros a partir da metrópole e, por outro, porque ao serem recrutados filhos da terra (brancos, mulatos e africanos destribalizados), adaptados ao clima, estariam aptos para servir em todo o Sertão. 7

As suas funções incluíam a caracterização do território, mas tinham um papel ativo também no desenho de fortificações, no planeamento de sistemas de defesa, na fundação de cidades e no acompanhamento de diversas outras obras. Esta atividade fica patente na produção cartográfica e ainda nas trocas de correspondência da época, que incluíam muitas vezes desenhos a descrever o andamento de obras, dando a entender que seriam os "olhos" do governador no terreno.<sup>8</sup> A sua presença foi ainda determinante enquanto elite que, pela sua própria formação académica, incorporou noções de civilização, simetria e ordem que depois serão transpostas para os diversos campos de atuação, como Roberta Marx Delson salientou no seu trabalho (1998: 216).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Roberta Marx Delson apontou para o Brasil: "Nessas regiões, o êxito ou o fracasso das novas povoações muitas vezes dependiam da personalidade e da energia dos governadores que as administravam" (1997: 69), conclusão que julgamos poder ser aplicada também ao caso de Angola.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Guilherme Joaquim Paes de Menezes vai para Angola com D. António Alvares da Cunha (g. 1753-1758) (Viterbo, 1988: II, 229-230); Cláudio António da Silveira e Joaquim José Cipriano dos Santos com D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (g. 1764-1772) (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Preocupação que é expressa na Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 16 de Dezembro de 1766 (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> "Hoje terça feira, que se contám 27 do corrente, cheguei á esta Fabrica de Oeyras [...] donde admirado o augmento da [Povoação] [...], cazas extabalecidas, e tudo o mais em boa ordem, fiquei inteiramente satisfeito [...]." (Carta de Joaquim de Beça Teixeira ao Governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, de 27 de Dezembro de 1768, AHU, CU, Angola, Cx.53, Doc. 8).

Por essa razão, procurou-se através deles formar também uma nova geração de capitães-mores e administradores do território (Santos, 2005: 244).

Os engenheiros militares, já identificados pela historiografia do urbanismo como os "protagonistas da gestão do espaço português" (Araujo *et al.*, 2002), foram um verdadeiro instrumento de governo, concretizando no terreno as reformas projetadas pela Coroa. De entre os elementos que permitiram a apropriação do território, e que serviram de base de comunicação, assumem especial relevância os cartográficos e iconográficos, instrumentais durante o processo. Por terem uma profunda relação com a administração do território permitem perceber, ou antever, as preocupações e intenções que guiavam o processo. Dessa forma, é possível *ler* na produção cartográfica e iconográfica os diferentes passos e objetivos do projeto iluminista para Angola, numa interpretação que vai além da mera representação.

## Uma leitura do processo através da produção cartográfica

Em 1754, o estado da cidade de Luanda, bem como de todas as fortalezas e regimentos, era de total degradação e abandono, como relata em correspondência para Lisboa D. António Alvares da Cunha. A autoridade do Reino estava, segundo ele, ameaçada por esta situação de falta de segurança e de vulnerabilidade da cidade a ataques. Neste espírito de procura de afirmação do poder colonial, compreende-se o vasto conjunto de estudos elaborados para a construção de fortalezas na costa de Luanda, testemunho da preocupação em salvaguardar e proteger a capital deste Reino. O desenho de fortalezas é, aliás, uma constante na produção cartográfica e iconográfica de Angola na segunda metade do século XVIII, o que pode ser também entendido como um processo de apropriação e delimitação do território, ou seja, como o reforço de uma fronteira.

É interessante verificar como os próprios projetos dão conta da qualidade da formação dos engenheiros militares, 10 cuja ação é igualmente fundamental nos

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A desestruturação e caos que imperavam em Angola foram retratados na avaliação que o governador D. António Álvares da Cunha fez à chegada a Luanda, relatando o estado de degradação das fortalezas, dos regimentos e da própria cidade (AHU, CU, Angola, Cx.38, Docs. 78 e 82).

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Numa carta de D. António Alvares da Cunha a Diogo de Mendonça – Corte Real, de 8 de dezembro de 1754 (AHU, CU, Angola, Cx. 39, Doc. 96-A), tomamos conhecimento de uma encomenda de três "riscos" para a fortaleza junto a S. Filipe do Penedo, três projetos segundo modelos diferentes, para depois ser escolhido o mais adequado: "Entendo taobem que a Fortaleza q. deve haver na ponta da terra firme ao

estudos de defesa das posições estratégicas ao longo da costa, que dependeria da integração das fortalezas num sistema defensivo. Uma carta ao Conselho Ultramarino do governador de Angola, em 1754, acompanhada por um conjunto de desenhos, mostra claramente que o conhecimento obtido no terreno, pelos engenheiros, expresso tanto nos mapas como nos relatórios que os acompanhavam, serviam de base às decisões tomadas centralmente.<sup>11</sup>

Do início da segunda metade do século XVIII, existe uma vista (Figura 1) e uma planta topográfica da cidade de Luanda, assinada pelo engenheiro militar Guilherme Joaquim Paes de Menezes. Trata-se de um registo de levantamento da cidade, sob o qual se poderia conceber o pretendido projeto de reestruturação e modernização de Luanda. As reformas urbanas na capital compreenderam intervenções ao nível dos equipamentos urbanos (quartéis, palácio do governador, alfândega e terreiro público), podendo assim encontrar-se uma tradução ao nível da produção cartográfica e iconográfica.

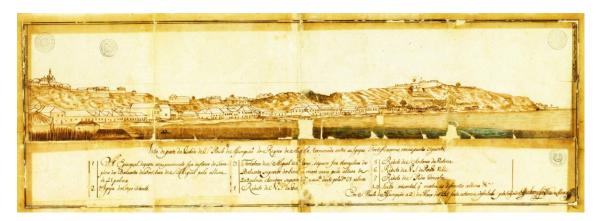


Figura 1: "Vista de parte da cidade de S. Paulo de Assunção do Reyno de Angola, terminada entre as Igrejas, Fortificaçoens e mais partes seguintes", Guilherme Joaquim Paes de Menezes, 1755.

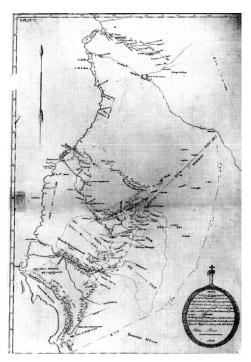
Duas leituras podem ser feitas desta extensa produção centrada em Luanda. Por um lado, a vontade de formalizar e reforçar a imagem do Estado e do seu aparelho de poder. Por outro, os ideais de ordem, simetria e beleza que foram transportados para o território. A mesma lógica e princípios percorrem os edifícios, fortalezas e cidades, que têm origem na própria formação dos engenheiros, como acima foi referido.

pé de São Felippe do Penedo, deve ser a de mayor força [...], e p.ª poder haver rezolução de S. Mag. de neste p.ª ordeney aos dous Enginhr. que tirassem planta do terreno, e que cada hum delles fizesse trez riscos com diferentes metodos p.ª entre elles se poder escolher o que melhor parecer [...]".

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Ver nota anterior.

O reconhecimento do território com o intuito expresso de realizar um Mapa Geral do Reino, iniciou-se logo a partir de 1753/54, com a chegada do governador D. António Alvares da Cunha. O próprio refere-se a isso numa carta ao Conselho Ultramarino, comentando que a costa marítima estaria acabada, mas o que pertencia ao interior do reino ia seguindo devagar, pela muita dificuldade que era o poder perceber-se com certeza um sertão tão grande e tão pouco conhecido dos homens brancos.<sup>12</sup>

As Viagens Filosóficas ofereceram um contributo para o conhecimento do interior de Angola, apesar da informação cartográfica que chegou até nós ser reduzida (Figura 2). Contudo, foi dos esforços empreendidos neste sentido, de penetração e descrição do território, com o desenho das rotas, que surgiram as informações que permitiram a construção de cartas, e o início do desbravar do interior.



**Figura 2**: "Mapa da derróta do Naturalista Joaq." Jojeh da Silva, da Cid<sup>e</sup>. de Benguela às praias de Cábo Negro", J. M. C. Calheiros (grav.), 1809.



Figura 3: "Carta Geographica da Costa Occidental da Africa [...]

Desenhada pelo Ten.e Coronel Engº. L.C.C. Pinheiro
Furtado em 1790. Grávada em Pariz por Ordem do
Major João Carlos Feo Cardozo de Castellobranco e
Torres em 1825."

\_

<sup>&</sup>quot;No Mappa geral deste Reyno trabalho afetivam.te, e a Costa Maritima está acabada, e pelo que pertence ao interior do Reyno, o vou continuando com vagar, pela m.a dificuldade que tem o podere compreender com serteza um sertão tão dilatado e tão pouco conhecido dos homenz brancos", Carta do Governador de Angola, D. António Alvares da Cunha, ao Conselho Ultramarino, de 8 de dezembro de 1754 (AHU, CU, Angola Cx.39, Doc. 96-A).

Somente em 1790 se alcança uma carta de síntese do conhecimento do território, elaborada por Pinheiro Furtado (Figura 3). Como o próprio indica na legenda do mapa original, esta foi feita a partir da correção de posições de cartas anteriores, das notícias de sertanejos e das observações do próprio e do resultado de expedições e novas descobertas: daí a indicação das rotas das expedições na carta. Um dos aspetos a salientar, neste mapa é a inexistência de fronteira oriental. Idealmente essa seria na contracosta, reflexo da ideia de união das duas costas. Por isso, o que se oferece não é uma carta final, mas sim o estado atual dos Reinos de Angola e Benguela.

A procura de acesso ao Índico, a partir de Angola, não estava baseada apenas no estabelecimento de rotas comerciais e da descoberta de um caminho fluvial para a Índia, que tinha informado as pesquisas em tempos anteriores. Reflete também a procura de territorialização do Estado e de colonização do espaço intermédio, através do estabelecimento de povoações que garantissem um domínio mais permanente, e não feito dos avanços e recuos inerentes à conquista militar.

Deste excerto de uma carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao Conselho Ultramarino fica patente o quanto estava informada pelo projeto político a penetração do interior:

[...] sobre as providencias q dei para que vivessem em paz, em sujeição ás Leis, em Agricultura, e industria, levava eu o grande projecto de unir as duas costas [...]

Porém eu náo adoptáva este meyo [da guerra] queria o do Comércio porque ainda que mais lento, hé mais seguro; e na inconstancia dos Negros, o mesmo seria abandonar pelas Tropas a Conquista, que ficár ella como antes estáva: para este fim, situei as nóvas pequenas Povoaçõens em todos os pássos importantes; e hindo Cazáis, que as multiplicássem, em poucos annos estaria feita a unniáo [...]: as conveniencias, que se seguiriáo, seráo sem duvida:

1ª A de evitár, que os Olandezes venham com o tempo a prejudicár os Reáis Dominios de S. Mag<sup>de</sup>; pois que por Tafel Bai se tem internádo muito com Povoaçõens, que levantam em caminho dos Rios de Sena.

2ª A de abrir hum novo e utilissimo Comércio em huma Regiáo muito fertil, muito Rica em Minas de Ouro, e Prata, Cera, Cobre, e Marfim encaminhando pª Portugal aqueles riquissimos Tezouros, sem o trabalho de Minerár, e só por via do mesmo Comércio.

3ª A de dár grandez, e necessárias forças aos Pórtos de Már, principalmente de Benguella que sem este acrescentamento de defensa está m<sup>to</sup> pouco segura em tempo de guerra da Európa.

4ª A de ter com muita brevidade, noticias importantes da India, e de Mossambique, podendo por este meyo reduzir-se ao melhor governo todas aquelas uteis Regiõens.

[...] Para se conseguirem estes importantíssimos fiñs, devem unicamente intervir dous facilíssimos meyos: 1º O de mandar pª. Benguella hum Governador hábil, dezinteressádo, e fiel, que governe todos os Certoens adjacentes, e o mesmo Prezidio de Caconda; e ordenar-lhe caminhe sempre para diante com as Povoaçoeñs a facilitar, e abrir nóvos Ramos de Comércio, até encanár o do Ouro daquelas Regioens [...]; 2º o de introduzir Cazáis das Ilhas, e outros Estrangeiros da mesma Religiám, e de todas as Artes, officios, e Profissoeñs, para que descubráo, e aproveitem tantos, e tam bons Terrenos. 13

O que aqui fica patente é um programa para a ocupação do território, ou seja, um projeto em que a fundação de novas povoações, ainda que mais ou menos dispersas no sertão, obedecia a um plano para assegurar o domínio deste espaço. O reforço da rede de povoações não só afastaria as pretensões de estrangeiros (de contrabando ou territoriais), como formaria uma rede de feiras associadas às povoações, diversificaria o comércio e as produções, com o reforço da Agricultura e Indústria e permitiria abrir uma linha de comunicação com o Índico. Por essa razão é lançado um programa de fundação de povoações, que vai ter expressão apenas no final da década de 60, durante o governo de Sousa Coutinho. O maior número de fundações ocorreu no sertão de Benguela (onde, em 1769, o governador afirmava ter reduzido à ordem 40 províncias), 14 por ser essa a via de penetração preferencial rumo a Moçambique.

### **Nova Oeiras**

A importância da fundação de povoações e de fomento da indústria e da agricultura, enquanto projeto de planeamento espacial e social, <sup>15</sup> fica bem ilustrada pelo caso da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, um grande e ambicioso

-

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> "Memória. A Cidade, Provincia de Benguella", D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Memória de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho sobre Benguela, 20 de Novembro de 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Numa clara referência ao trabalho de Roberta Marx Delson, *Novas Vilas para o Brasil Colônia:* planejamento espacial e social no século XVIII, (Delson, 1997).

empreendimento, símbolo do governo iluminista em Angola. O estabelecimento da *Real Fábrica do Ferro de Nova Oeiras*, em 1766, era a concretização das principais linhas de ação do novo projeto colonial. Com a exploração do ferro pretendeu-se dar uma nova base à economia de Angola, através da qual se pudesse dispensar o tráfico de escravos, criando meios de trabalho e rendimento locais. <sup>16</sup> O projeto era grandioso, implicando muitos meios e grandes intervenções:

Entaó foi preciso dár forma de Fabrica Real ao que eraó pequenos trabalhos volantes: mandei abrir Caminhos, fiz romper os matos e no lugar mais proprio, e mais vezinho das Minas creei a grande Povoaçaó da Nova Oeyras, estabelecendo-lhe Fabricas de Serrár Madeiras, Fórnos e Cal, Telha, e Tejolo, que servissem ás obras da grande Fabrica, sem cujos meyos ella seria ou impraticável, ou m. <sup>to</sup> despendióza [...]. <sup>17</sup>

Foi fundada uma povoação junto ao local da futura fábrica do ferro, Nova Oeiras, para alojar o pessoal empregue nas construções e posteriormente para o que fosse empregue na laboração do Ferro (Batalha, 1973: 2). Contava com diversos edifícios públicos: igreja, casas de intendência, ferrarias, tesourarias, prisões e habitações para os mestres de todos os ofícios e engenheiros (Amorim, 2003: 199). Aí também se estabeleceu uma serralharia, fornos de cal, telha e tijolo para a construção da Fábrica.

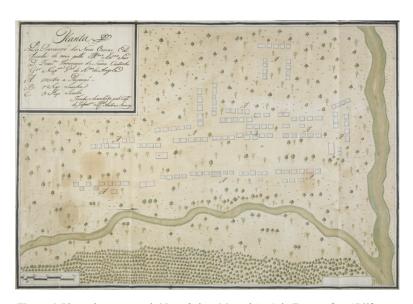


Figura 4: Planta da povoação de Nova Oeiras, Manuel António Tavares, [ca. 1769].

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Instruções de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao Intendente geral da Fábrica do Ferro em 1767 (BNP, Códice 8742, fl. 120).

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Memória de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho sobre Benguela, 20 de Novembro de 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

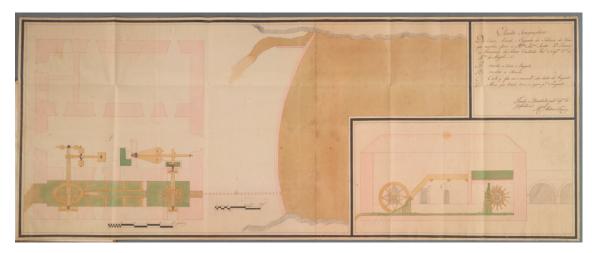


Figura 5: Planta da casa, açude e engenho da fábrica de ferro, Manuel António Tavares, [ca. 1769].

A construção das instalações da Fábrica propriamente dita iniciou em 1768, compreendendo todas as instalações e oficinas associadas necessárias para a laboração, bem como um açude e um aqueduto para a condução das águas necessárias para mover os engenhos. Pelos registos cartográficos conhecidos, percebese claramente a importância dos engenheiros na realização e acompanhamento destas obras, bem como a forma como a cartografia serviu para registar o andamento das obras, isto é, como esta foi o veículo de informação do terreno para o local da tomada de decisão. 18

Feito o enquadramento geral da produção cartográfica em Angola na segunda metade do século XVIII, importa agora analisar em maior detalhe uma dessas produções.

-

<sup>&</sup>quot;Das disgraçadas cinzas dos M. es [Mestres] tirei humas rudissimas, e entre si discordes Plantas, fis calculo não do q hera mas do q devia ser, e reduzido a hum perfeito conhecim. descubri hum hábil Carpint. q com os Engenheiros fossem executar as Plantas, q agora remeto a V. Ex. por hum dos q mais as trabalhou [...], Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 4 de dezembro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 83). Mais evidências do envolvimento dos engenheiros no projeto, neste caso do açude e da fábrica na Carta do Intendente Geral da Fábrica de Ferro ao Governador, de 25 de janeiro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 11).

# A Carta Topográphica da Provincia, q. Fornece Agoas, Lenhas e Serventes á Fabrica do Ferro da Nova Oeiras.



Figura 6: "Carta Topográphica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras , q. mandou fazer o Ill.mo Ex.mo Senhor D. Fran.co Inn.co de Souza Coutinho G.or e Cap.am General do Reyno de Angola, anno 1769.", Manuel António Tavares.

Inserida na produção cartográfica e iconográfica relacionada com a construção da Fábrica de Ferro, a *Carta Topográfica da Província que fornece Águas, Lenhas, e Serventes à Fabrica do Ferro da Nova Oeiras*, <sup>19</sup> de 1769, apresenta-se como um interessante caso de estudo por se situar numa escala de leitura e de intervenção do território diferente, intermédia. Para esta análise importa, em primeiro lugar, situar a sua produção.

Na própria legenda somos informados que a sua realização se fez a pedido do governador, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Fontes escritas corroboram e complementam a informação constante da legenda. Numa carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4 de dezembro de 1769, este refere: "[...] mandei, q os mesmos Engenheiros levantassem as Costas do Pais p.ª q S. Mag.º pudesse examinar os Terrenos; as Lenhas, as Agoas, a Povoação e os Engenhos, e sobre estas individuais nottas ordenásse [...] o q fosse mais

cm. (Fonte: AHM).

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Manuel António Tavares. Carta Topográphica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras, q. mandou fazer o III. <sup>mo</sup> Ex. <sup>mo</sup> Senhor D. Fran. <sup>co</sup> Inn. <sup>co</sup> de Souza Coutinho G. <sup>or</sup> e Cap. <sup>am</sup> General do Reyno de Angola, anno 1769. [Angola], 1769. 1 mapa ms.: papel, color.: 66x117

conforme ao seu Real Serv.º".<sup>20</sup> Tratava-se, portanto, de um mapa que procurava a descrição do território, para que sobre ela se tomassem decisões.

A planta encontra-se assinada pelo engenheiro militar, capitão da infantaria, Manuel António Tavares. Nascido em Lisboa, assentou praça de soldado voluntariamente em 1764; fez parte do conjunto de engenheiros formados na Aula de Geometria e Fortificação de Luanda, 1767,<sup>21</sup> e, mais tarde, chegou mesmo a Lente de Geometria (Santos, 2005: 504-505).

Os outros engenheiros mencionados na carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho que, com Manuel António Tavares, trabalharam nas obras da Fábrica de Ferro e "[...] na medição e redução a cartas todos os terrenos rios e matos que a serviam" (Santos, 2005: 504), são António Máximo de Sousa Magalhães e Joaquim de Bessa Teixeira, dois brancos nascidos em Luanda, formados engenheiros através da Aula de Geometria e Fortificação da mesma cidade, em 1765 e 1767, respetivamente (Santos, 2005: 494).

A Carta Topográfica da Província que fornece Águas, Lenhas, e Serventes à Fabrica do Ferro da Nova Oeiras, com alguma dimensão, representa o território desde Calumbo, que se situa um pouco a sul de Luanda na entrada do Rio Cuanza, até ao conjunto da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras. Tem na parte superior, ao centro, um retângulo contendo a legenda, disposta nos dois lados, e, no meio deste, uma cartela onde figuram dois animais. Contorna e emoldura o desenho um friso duplo com a indicação de duas escalas (em léguas e em graus). A métrica e regularidade da moldura remete para um gosto pela geometria e pelo rigor.

A carta encontra-se estruturada pelo desenho dos rios, o Cuanza, o Lucala e o Luinha. Pontuando o território surgem os elementos que constituem o tema da planta, ou seja, os lagos que, em conjunto com os rios, fornecem a água; os matos onde se vai buscar a lenha; e as povoações que forneceriam os serventes. Dentro desta última categoria surgem várias tipologias: povoações, sítios, presídios, aldeias e sobados.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 4 de dezembro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 83).

<sup>&</sup>quot;declaro, q os q se acham capazes de poderem entrar a servir na proficam de Engenheyro; e de q." já se pode fiar qualquer deligencio pertencente a dira profição, sam, O Alferes Manoel Ant. Tavares [...], o Alferes de cavallos Joaq. de Bessa Teixeira Certificado de Joaquim Jozé Cipriano dos Santos, Sargento Mor de Infantaria, de 17 de Fevereiro de 1767 (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).



Figura 7: Elementos representados: rios e lagos; povoações; matas e sobados.

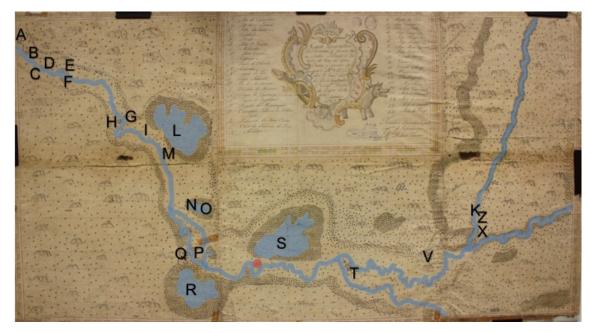


Figura 8: Identificação dos elementos assinalados na legenda (parte 1): A. Sitio de Calumbo; B. Sitio de S. Joze; C. Sitio da Quanza; D. Zambela; E. Bruto; F. Sitio do Guedes; G. Molamba; H. Sova Cacoba; I. Catenga; L. Lagoa de Cabemba; M. Cabemba; N. Lagoa de Tôa; O. Lagoa Salacata; P. Sitio de Muchacaçoa; Q. Prezidio de Muxima; R. Lagoa do Quizua; S. Lagoa do Engolome; T. Prezidio de Massangano; V. Cacoalâla. Fabrica de Telha e Tijolo; X. Povoação da Nova Oeiras; Z. Caza da Fabrica de Ferro; K. Assude.

Identificados com letras do abecedário, e seguindo a ordem da legenda que figura à esquerda da cartela surgem: Sítio de Calumbo; Sítio de S. José; Sítio da Quanza; Zambela; Bruto; Sítio do Guedes; Molamba; Sova Cacoba; Catenga; Lagoa de Cabemba; Cabemba; Lagoa de Tôa; Lagoa Salacata; Sítio de Muchacaçoa; Presídio de Muxima;

Lagoa do Quizua; Lagoa do Engolome (no interior da qual figura a Rosa dos Ventos e Rumos); Presídio de Massangano; Cacoalâla (Fábrica de Telha e Tijolo); Povoação da Nova Oeiras; Casa da Fábrica de Ferro; e, finalmente, o Açude, construído para o funcionamento da fábrica. A ordem da legenda aparece, pois, a descrever os sítios e os pontos de referência que surgem ao longo do curso de água, no sentido Luanda-Nova Oeiras, ou seja no sentido da penetração. Contudo, na entrada da Lagoa do Engolome, aparece um núcleo cujo nome não é indicado.

Na legenda que figura à direita da cartela, os itens aparecem identificados por números, a saber: Montes do Ferro, Sova Guengue, Sova Guindala, Rio Quanza, Rio Lucala, Rio Luinha, Sova Moene Capexe, Sova Guinza, Caculo Cazongo, Quionzo, Caculo Cahango, Empacaça, Zambiaquela, Macoche, Sova Quizua, Mato de Calaquele, Mato de Caçalacata, e Mato de Casanha. Estes pontos, aparentemente mais dispersos no território, são ligados, e estruturados, por uma rede de caminhos, que tem como ponto central, na carta, a Fábrica do Ferro. Mais três núcleos não surgem legendados, sendo que o mais curioso é serem precisamente os que se encontram mais perto da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, ou seja, aqueles que poderiam estabelecer uma relação mais próxima com esta.



Figura 9: Identificação dos elementos assinalados na legenda (parte 2): 1. Montes do Ferro; 2. Sova Guengue; 3. Sova Guindala; 4. Ryo Quanza; 5. Ryo Lucala; 6. Ryo Luinha; 7. Sova Moene Capexe; 8. Sova Guinza; 9. Caculo Cazongo; 10. Quionzo; 11. Caculo Cahango; 12. Empacaça; 13. Zambiaquela; 14. Macoche; 15. Sova Quizua; 16. Mato de Calaquele; 17. Mato de Caçalacata; 18. Mato de Casanha; 19. Mato do Hougo.

Da análise destes elementos da carta, passa a ideia de um funcionamento em rede, interdependente. Os pontos são as povoações, lagos e zonas de mato, as linhas que os unem, são os caminhos e os rios. Em conjunto compõem um sistema quase estratégico, uma rede de comunidades.<sup>22</sup> É interessante perceber que esta rede era composta por povoações, presídios, sítios menores, mas também por povoações africanas.

Apesar da variedade de ocupações, os diferentes núcleos estão representados quase sem distinção. Apresentam coberturas idênticas e semelhantes padrões de aberturas, com clara influência do padrão do colonizador. Somente os presídios têm a indicação do forte e há uma distinção cromática de alguns edifícios, apontando para que os desenhados a vermelho representem equipamentos públicos ligados à administração e igrejas, uma vez que alguns deles apresentam cruzes no topo. Apesar desta distinção, os tipos habitacionais são os mesmos, havendo apenas, entre os edifícios desenhados a preto, quatro tipologias diferentes em todo o desenho. A homogeneidade na representação dos edifícios pode dever-se a uma não preocupação em individualizá-los, por se estar a abordar uma escala regional, ou simplesmente por se utilizar um padrão de representação. Contudo, por tal facto dar uma impressão de regularidade e de domínio do território, é de supor igualmente que haja uma leitura política a fazer.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> O que abre uma porta para fazer o paralelo com o que Roberta Marx Delson identifica no programa de fundação de povoações no Brasil como uma dimensão de planeamento regional pela criação de redes de comunidades: umas orientadas para aglomerações urbanas tradicionais, que estas redes abasteciam com um fluxo contínuo de produtos agrícolas; outras, em zonas escassamente povoadas, que proporcionavam o desenvolvimento de uma autarcia, ou seja, uma sociedade que do ponto de vista económico se bastava a si própria (Delson, 1997: 69).

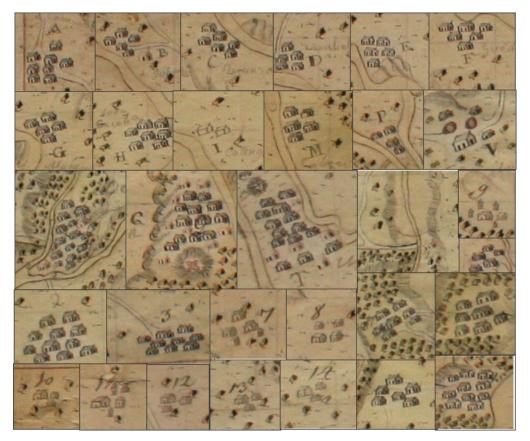


Figura 10: Representação das povoações

Resta observar um último dado do desenho que, apesar de não estar expresso de uma forma evidente, constitui um elemento importante para esta análise que é a ideia de barreiras, que circundam os rios, lagos e caminhos. É barreira que não é assumida, mas é implícita, e que retrata o limite do (re)conhecimento do território. No exterior o desenho é pontuado por elementos soltos que não fazem mais do que preencher. O espaço desta forma, é lido de dentro (do centro da carta) para fora, mas simultaneamente de fora para dentro, a partir do rio, o ponto de contacto com o exterior. O preenchimento do espaço vazio pode ser encarado num sentido literal e figurativo, ou seja, o espaço da folha que é preenchido, mas também veicula uma unidade de espaço e de controlo que, no fundo, não existe, mas pretende ser, apesar de tudo, comunicada.

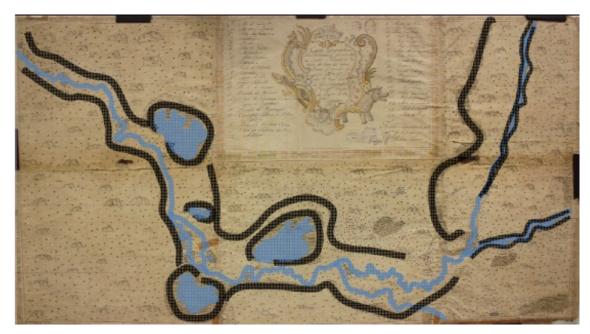


Figura 11: Esquema ilustrativo da existência de barreiras na representação.

#### **Notas finais**

A representação do território de Angola, na cartografia da segunda metade do século XVIII, e sobretudo no exemplo analisado, transmite uma ideia de procura de controlo e domínio do espaço. Este domínio tem uma dupla aceção, como domínio do conhecimento do território, mas também como domínio cultural e de poder. Numa análise mais aprofundada, denota-se que o território é lido de fora para dentro: pela disposição dos elementos na carta, pela sua orientação, mas também pelas barreiras representadas, que são também, literalmente e figurativamente, as dificuldades de conhecimento do território.

A tentativa de ler o território por inteiro foi, contudo, uma das marcas de inovação do projeto pombalino para Angola. A procura da territorialização do Estado, e de uma ocupação efetiva desta colónia influenciou, naturalmente, a forma de representação, mostrando uma homogeneidade e coerência que não existiam. Trata-se de uma leitura de unidade que, apesar de tudo, fica patente na produção cartográfica. Ao contrário de outras plantas, em que se assume o desconhecimento ou a presença de comunidades nativas hostis, a ideia do território que é apresentada na *Carta Topográfica da Província que fornece Águas, Lenhas, e Serventes à Fabrica do Ferro da Nova Oeiras* é a de um espaço regularizado, pacífico e, portanto, passível de ser apropriado, o que servia os interesses da Coroa para Angola.

Percebe-se assim que a cartografia foi na época um instrumento fundamental, para veiculação de informação e apropriação do território, e é-o também agora, pelo que pode informar sobre os processos históricos e políticos por detrás da sua realização. Fica claro a forma como esta pode fornecer dados, não tanto sobre a realidade construída ou existente, mas sobre os processos de intenções de representação que estão por detrás da construção dessas cartas. Ou seja, mais do que a fidedignidade dos elementos constantes nos desenhos e a sua relação com a evolução urbana ou a ocupação territorial, é possível, através da sua leitura e da conexão com os processos inerentes à sua realização, trazer pistas para um olhar novo e atual da cartografia.

## Referências bibliográficas

- Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília Madeira (orgs.) (1989), Textos para a história da África Austral: século XVIII. Lisboa: Alfa.
- Amorim, Maria Adelina (2003), "A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras: Angola, séc. XVIII", *Clio: revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, (9), 189-216.
- Araujo, Renata Malcher de; Carita, Helder; Rossa, Walter (orgs.) (2002), *Universo Urbanístico Português*1415-1822, Fac-similæ da Exposição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Batalha, Fernando (1973), *Nova Oeiras*. Luanda: Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes-Monumentos Nacionais.
- Delson, Roberta Marx (1997), Novas Vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD. [1979].
- Delson, Roberta Marx (1998), "O Início da Profissionalização no Exército Brasileiro: Os Corpos de Engenheiros do Século XVII", in Hélder Carita e Renata Araujo (orgs.), Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 205-223.
- Dias, José S. da Silva (1984), Pombalismo e Projecto Político. Lisboa: [s.n.].
- Santos, Catarina Madeira (2005), *Um governo polido para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio* (1750-c.1800) (tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- (2010), "Administrative knowledge in a colonial context: Angola in the eighteenth century", *The British Journal for the History of Science*, *43*(04), 539–556.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1998), De Ceuta a Timor. Lisboa: Difel. [2ª ed.].
- Viterbo, Sousa (1988), *Dicionário histórico e documental dos arquitectos engenheiros e construtores* portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## Referências de figuras

- Figura 1 "Vista de parte da cidade de S. Paulo de Assunção do Reyno de Angola, terminada entre as Igrejas, Fortificaçõens e mais partes seguintes", Guilherme Joaquim Paes de Menezes, 1755. Obtido a 28.11.2015, de
  - http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\_fortaleza=517.
- Figura 2 "Mapa da derróta do Naturalista Joaq.". Jojeh da Silva, da Cid<sup>e</sup>. de Benguela às praias de Cábo Negro",
   J. M. C. Calheiros (grav.), 1809. Obtido a 14.12.2015 de http://afmatatropicalia.blogspot.pt/2014/09/evolucao-mapa-de-angola-desde-1483.html.
- Figura 3 "Carta Geographica da Costa Occidental da Africa [...] Desenhada pelo Ten.e Coronel Engº. L.C.C. Pinheiro Furtado em 1790. Grávada em Pariz por Ordem do Major João Carlos Feo Cardozo de Castellobranco e Torres em 1825." Obtido a 18.6.2013 em http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-0872-1825.
- Figura 4 Planta da povoação de Nova Oeiras, Manuel António Tavares, [ca. 1769]. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Figura 5 Planta da casa, açude e engenho da fábrica de ferro, Manuel António Tavares, [ca. 1769]. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Figuras 6 a 11 "Carta Topográphica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras, q. mandou fazer o Ill.mo Ex.mo Senhor D. Fran.co Inn.co de Souza Coutinho G.or e Cap.am General do Reyno de Angola, anno 1769.", Manuel António Tavares. Fonte: Arquivo Histórico Militar.